



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

003/2017

(Projeto de Lei nº. 011/17 – WP)

Da Comissão de Justiça e Redação sobre o Projeto de Lei n.º 011, de 07 de fevereiro de 2017, do Poder Legislativo, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de cadeiras de rodas nos terminais rodoviários, para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Formosa e dá outras providências.”

Relator: Vereador Carlos de Moura

- A proposta que ora chega para o exame deste órgão técnico determina a obrigatoriedade de disponibilização de cadeiras de rodas nos terminais rodoviários, para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, no âmbito do Município de Formosa.
- Contudo são necessárias alterações para a correta adequação à normas lingüísticas, a saber:
- No art. 1º é necessária a reescrita do referido artigo: **Art. 1º Os terminais rodoviários do Município ficam obrigados a disponibilizar, no mínimo 02 (duas) cadeiras de rodas, a serem utilizadas por pessoas com deficiência motora ou mobilidade reduzida.**
- É forçoso modificar, também, o art.2º, que passaria a vigorar com a seguinte redação: **Art.2º Os estabelecimentos mencionados no caput dessa lei terão o prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação para realizar as adequações necessárias.**
- Outras modificações também são imprescindíveis. O art. 4º passará a ser o art. 3º: **Art.3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.**
- Por fim, o art. 4º passará a vigorar com a seguinte redação: **Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação podendo o Executivo regulamentá-la no que couber.**

Praça Rui Barbosa 70 – Centro – Fone (61) 3631-1772 – CEP: 73.801-220 – Formosa-GO

www.camarafsa.go.gov.br

e-mail: camarafsa@camarafsa.go.gov.br



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

- Feitas as emendas necessárias por este órgão técnico. É o nosso relatório.
- Cabe registrar que sua proposição encontra amparo na Constituição Federal no seu art. 30, I. Encontra também guarida na LOM, art. 8º, I e art 169.
- Assim ante a legalidade e constitucionalidade da proposta votamos pela discussão e votação do Projeto de Lei pelo Plenário, desde que modificado pelas emendas ora apresentadas.

Sala das Sessões, 10 de fevereiro de 2017.

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Relator: _____

Praça Rui Barbosa 70 – Centro – Fone (61) 3631-1772 – CEP: 73.801-220 –
Formosa-GO

www.camarafsa.go.gov.br

e-mail: camarafsa@camarafsa.go.gov.br